

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados



Representação de Zucco questiona contrato

Oposição vê algo de estranho na COP30

Antes de assumir, em setembro de 2023, a Secretaria Executiva do Ministério da Educação, Leonardo Barchini era um dos diretores da Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI). Desde então, a OEI recebeu do governo federal R\$ 98 milhões em doações. Foram R\$ 49 milhões do Ministério do Empreendedo-

rismo, R\$ 35 milhões do Ministério da Educação e R\$ 14 milhões da Presidência da República. E a Secretaria Extraordinária da COP30, comandada por Valter Correia da Silva e vinculada à Casa Civil, contratou sem licitação a OEI por R\$ 478,3 milhões para organizar, preparar e realizar a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, no final do ano, em Belém (PA).

“Estranho”

“Temos sempre que ter a responsabilidade da presunção da inocência, mas tudo isso é, no mínimo, muito estranho”, disse o líder da oposição na Câmara, Luciano Zucco (PL-RS) ao Correio Político. “Temos aí quase R\$ 100 milhões de doações e um contrato sem licitação”.

OEI

A OEI é uma organização multilateral que se propõe a promover desenvolvimento, especialmente em educação, nos diversos países da qual faz parte. O Brasil tem obrigações financeiras com ela. Mas, segundo a oposição, tais doações foram além das obrigações básicas.



OEI

Janja em visita à OEI em abril de 2023

Representação pede suspensão do contrato

Em pleno carnaval, Luciano Zucco entrou com uma representação junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) questionando as doações e a contratação da OEI para realizar a COP30. Parte das doações – os recursos que saíram da Educação e da Presidência – foram a partir de uma lei aprovada no Congresso de crédito

especial. São recursos abertos a partir do cancelamento de outros gastos. Além disso, há a contratação para realizar a COP30. “O fato de ter sido contratado, sem licitação, um organismo multilateral que, em tese, não possui finalidades lucrativas, e o valor exorbitante de quase meio bilhão de reais (...), chama a atenção”.

Cautelar

A representação do líder da oposição pede, então, a “suspensão cautelar” do contrato e o “afastamento cautelar” de Leonardo Barchini do seu cargo no Ministério da Educação até que se investigue toda a legalidade envolvendo as doações e o contrato para organizar a COP30.

COP30

A representação de Zucco acaba mirando em um dos eventos nos quais o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva mais aposta. Sua intenção é levar os líderes mundiais para a Amazônia para dali reafirmar a liderança brasileira na questão ambiental.

Facilitação

“Nos parece haver aí indícios forte de facilitação no contrato”, considera Zucco. “Isso precisa ser investigado com todo o cuidado. Afinal, nós estamos falando de dinheiro público em grande quantidade. Não é coisa que possa ser feita sem que haja uma boa explicação”.

Problemas

Uma pretensão que já esbarra em problemas, pela mudança política nos Estados Unidos (é bem provável que Donald Trump não venha) e os questionamentos de ambientalistas em torno da pretensão de explorar petróleo na costa próxima à foz do Amazonas.

Orçamento deve ser votado dia 18, diz relator

STF homologa plano de trabalho de emendas parlamentares

Geraldo Magela/Agência Senado

Por Gabriela Gallo

Na próxima semana, começam as atividades no Congresso Nacional depois do carnaval. Dentre as prioridades a serem discutidas, está a definição dos presidentes das comissões permanentes na Câmara dos Deputados. Além disso, o Senado Federal retornará as discussões acerca do segundo projeto de lei que regulamenta a reforma tributária (PLP 108/2024). Todavia, a discussão mais urgente no momento é a definição do Orçamento para 2025.

Nas últimas semanas, o presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), deputado federal Julio Arcoverde (PP-PI), declarou que o tema seria votado na próxima terça-feira (11). Porém, para o relator do Projeto de Lei Orçamentário Anual (PLOA) 2025, senador Angelo Coronel (PSB-BA), o projeto começará a ser discutido na terça-feira, mas somente deve ser votado na semana seguinte. Coronel destacou que a CMO começará a discutir o tema no dia 11, data em que os senadores e deputados federais que compõem a comissão poderão tirar dúvidas sobre o projeto e realizar eventuais sugestões referentes ao orçamento. “Vou ouvir dos líderes se tem alguma sugestão para poder melhorar o texto”, disse Coronel, em entrevista à CNN Brasil.

Na avaliação do senador, como a semana do dia 11 será a primeira semana de trabalhos pós-carnaval, o ideal é que a CMO vote e aprove um texto “totalmente arredondado” para ser votado no plenário do Senado Federal. Para que isso ocorra, o relator fechou um acordo com o presidente da Casa, senador Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), em que o tema será aprovado em 17 de março na CMO para ser deba-



Coronel prevê votação do orçamento somente em 18 de março

tido e votado no plenário no dia seguinte, 18 de março.

Inicialmente, o Orçamento da União estava previsto para ser aprovado no Congresso Nacional em dezembro de 2024. Contudo, a discussão teve que ser adiada diversas vezes devido à falta de acordo entre os poderes, especialmente devido à incerteza judicial acerca das emendas parlamentares. Como o Parlamento não aprovou o orçamento no final do ano passado, o governo somente tem autorização para executar despesas essenciais ou obrigatórias. Segundo Angelo Coronel, além das emendas, outro embaite que precisa ser alinhado entre os parlamentares é o programa social Pé-de-Meia (que oferece uma quantia mensal de R\$ 200 a estudantes do ensino médio da rede pública a fim de impedir a evasão escolar).

Emendas

Principal motivo de conflito entre Legislativo e Judiciário, o rolo das emendas

parlamentares aparenta ter chegado ao fim – o que abriu caminho para a definição do orçamento. O plenário virtual do Supremo Tribunal Federal (STF) aprovou com unanimidade, nesta segunda-feira (3), o plano de trabalho elaborado pelo Congresso Nacional, juntamente com representantes do governo federal, para garantir transparência e rastreabilidade às emendas. O plano foi homologado pelo ministro Flávio Dino – quem começou as discussões acerca das emendas. Com isso, a decisão já está valendo e emendas anteriores que estavam bloqueadas estão liberadas.

Ao receber o plano de trabalho, Dino avaliou que não há mais empecilhos para a execução das emendas ao Orçamento de 2025 e as de exercícios anteriores, desde que sejam cumpridos os critérios técnicos estabelecidos no plano de trabalho e em decisões do STF.

O plano de trabalho determina que nenhuma emenda

pode ser efetivada se o parlamentar que fez a indicação, tal como a entidade que vai receber os recursos, não forem identificados. Os recursos que forem destinados para a área da saúde serão vetados se não forem encaminhados para “contas específicas devidamente regularizadas nos bancos competentes”.

As emendas Pix somente poderão ser executadas se tiverem um plano de trabalho devidamente apresentado e aprovado. Já as emendas de comissão e de bancada serão liberadas se tiverem a devida aprovação registrada em atas de reunião nas devidas comissões ou bancadas – as atas também precisam conter a identificação do parlamentar solicitante ou apoiador e o destino dos recursos. Finalmente, também estarão impedidas emendas destinadas a ONGs e que forem objeto de suspensão específica, determinada anteriormente pelo STF, em razão de auditorias da Controladoria-Geral da União (CGU).

Governo vai zerar imposto de importação de dez alimentos

Ricardo Stuckert / PR

Por Gabriela Gallo

Na intenção de baratear os preços dos alimentos, o vice-presidente da República e ministro de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin (PSB), anunciou seis medidas para reduzir a inflação dos alimentos. As medidas foram anunciadas em entrevista coletiva na noite desta quinta-feira (6) logo após uma reunião entre representantes do governo com empresários e entidades do setor de alimentos. Além de Alckmin, no encontro e na coletiva de imprensa estavam presentes os ministros Carlos Fávaro (Agricultura e Pecuária), Paulo Teixeira (Desenvolvimento Agrário) e Rui Costa (Casa Civil).

Inicialmente, estava previsto que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) também se reuniria com os ministros e empresários para tratar do tema e anunciar as mudanças do governo para reduzir os preços e conter a inflação. Contudo, Lula cancelou a presença. A Secretaria de Comunicação Social da Presidência (Secom) não informou o motivo da desistência. A negociação, então, foi toda conduzida pelo vice-presidente.

As propostas do governo envolvem o estímulo para produ-



Alckmin anunciou as medidas para tentar baixar preços

ção de alimentos da cesta básica pelo Plano Safra e um “programa de publicidade de preços”. Dentre as medidas estão: zerar a alíquota de importação de dez produtos; estimular e priorizar alimentos no financiamento via Plano Safra, especialmente para a cesta básica; fortalecer e acabar com os estoques regulatórios da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento). Além disso, o Executivo reforça que lançará um programa de publicidade dos melhores pre-

ços; e propõem negociar com governadores para isenção do ICMS [Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços] de produtos da cesta básica, que já são zerados nacionalmente.

Além disso, o governo ainda propõe a ampliação do número de municípios com processo de inspeção do abate de animais dentro do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Sisbi-POA), de 1,5 mil para 3 mil cidades no país. A medida visa trazer mais competitivi-

dade e redução de custos no setor de proteína animal.

Alíquota

Os dez produtos que terão a alíquota de importação zerada são: carne (que atualmente tem a alíquota de 10,8%), café (9%), açúcar (14%), milho (7,2%), óleo de girassol (9%), azeite de oliva (9%), sardinha (32%), biscoitos (16%), massas alimentícias (14,4%) e óleo de palma, que aumentará o limite de 65 mil toneladas para 150 mil toneladas.

Questionado pela imprensa, Alckmin destacou que, apesar dos produtores nacionais agora terem que lidar com produtos mais baratos vindos de fora, não deverá haver grande impacto com a medida. “A mudança tem um grande reflexo nos ovos, no custo dos ovos e da proteína animal, das carnes. Nós estamos num momento onde você reduzir o imposto de importação ajuda a reduzir preço. Não está substituindo, está complementando”, afirmou.

“Não vai prejudicar o produtor, mas vai beneficiar os consumidores”, completou Alckmin.

Ele ainda reiterou que, a priori, não há necessidade de fixar um prazo para a portaria que zerar as alíquotas. “O objetivo é redução de preço de alimentos para a população”.